

# INTRODUÇÃO

Sérgio Chichava

Quarenta anos após a conquista da independência, a 25 de Junho de 1975, Moçambique continua a viver sob um clima de incerteza política em que os dois principais partidos, a Frelimo e a Renamo, estão quase sempre em conflito. Com efeito, após cerca de vinte anos de relativa paz, resultante da assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) em Roma, em 1992, que pôs fim a um conflito militar de quase dezasseis anos (1977-1992), o País voltou a viver momentos dramáticos entre 2013 e 2014, quando os dois beligerantes se confrontaram de novo militarmente. Este último confronto pode ser descrito como uma herança do AGP, pois se este garantiu o fim do conflito armado não criou condições para uma real democratização do País. Actualmente, não há, por exemplo, consenso sobre as regras do jogo político, os órgãos de administração eleitoral são vistos com suspeição pelos partidos da oposição, e os diferentes pleitos eleitorais mostram a impossibilidade de alternância política via eleições. Com efeito, como diz Brito (2014: 24), «o AGP foi mais o fruto do esgotamento das duas forças e da sua incapacidade para continuar a guerra no contexto do fim da guerra fria do que o resultado de uma vontade genuína de negociação e de criação dos mecanismos para a solução das diferenças». Se a última confrontação militar foi resolvida através da assinatura de um acordo de cessação de hostilidades a 5 de Setembro de 2014, resultante de um longo processo de negociações no Centro de Conferências Joaquim Chissano, em Maputo, e que também permitiu a realização de eleições gerais a 15 de Outubro de 2014, a crise ainda está muito longe de ser resolvida, fundamentalmente por duas razões: (i) o processo negocial iniciado no Centro de Conferências Joaquim Chissano continua por concluir até ao presente momento, e (ii) a Renamo recusa-se a aceitar os resultados das eleições de 15 de Outubro de 2014. Em relação ao primeiro ponto, as duas partes ainda não chegaram a acordo sobre muitos aspectos que estão em negociação desde 2013, alguns dos quais estavam já previstos no AGP, nomeadamente a questão da «despartidarização» do Estado e da desmilitarização e integração dos homens armados da Renamo nas Forças Armadas de Defesa e Segurança. Quanto ao segundo ponto, é preciso sublinhar que, por considerar que as eleições não foram livres, justas e transparentes, a Renamo exige como condição para a paz a criação, sem pré-condições, do que

designou, numa primeira fase, por «regiões autónomas» e, mais tarde, «autarquias provinciais» nas províncias em que teve a maioria. Para além da pressão da Renamo, Filipe Nyusi, o candidato presidencial da Frelimo eleito nas últimas eleições, sofre de um défice de legitimidade popular, pois existe uma percepção generalizada de que a Frelimo não teria ganho de forma honesta as eleições, e seria a principal responsável pelo início da última «guerra civil».

A acrescentar ao ambiente de críspação entre a Renamo e a Frelimo, o País vive também momentos de grande inquietação e medo, devido à onda de sequestros que tem abalado, sobretudo, a capital, Maputo, visando a classe média local, empresários moçambicanos de origem asiática e estrangeiros, sob o olhar inapto das autoridades governamentais.

O assassínio do constitucionalista franco-moçambicano Gilles Cistac nas ruas de Maputo a 3 de Março de 2015 veio também mostrar fragilidades no que se refere à liberdade de pensamento e de expressão em Moçambique. Cistac tinha-se destacado por afirmar que a reivindicação da Renamo de concessão de autonomia às regiões onde tinha obtido maioria eleitoral podia ter cobertura constitucional, se ao invés de «regiões autónomas», este partido exigisse a criação de «províncias autónomas», pois a Constituição moçambicana prevê a existência de municípios a este nível. Por causa disto, Cistac foi duramente criticado pelo partido Frelimo, acusando-o de pôr em causa a «unidade nacional». A sua morte alguns dias depois destes pronunciamentos foi atribuída por parte da opinião pública moçambicana, à elementos radicais da Frelimo.

O País encontra-se numa situação económica crítica, em que o entusiasmo sobre as elevadas taxas de crescimento económico é contrariado pelo rápido endividamento público, pela intensificação das dinâmicas especulativas, pelo afunilamento da base produtiva e das oportunidades económicas e sociais e pela redução da eficácia da economia em reduzir pobreza e gerar empregos decentes.

É neste contexto que surge o sexto volume do livro *Desafios para Moçambique*. Os diferentes artigos nele contido fazem uma reflexão tendo em conta este panorama político-económico. Como habitualmente, o livro divide-se em quatro secções: «Política», «Economia», «Sociedade» e «Moçambique no Mundo».

A secção «Política» é composta por cinco artigos. O primeiro discute os principais desafios imediatos que se colocam ao novo Presidente da República.

Tendo como pano de fundo a «segunda guerra civil» (2013-2014) entre a Renamo e o governo, o segundo artigo procura mostrar que a falta de prestação de contas por crimes cometidos durante a primeira guerra civil (1976-1992), a tentativa do partido Frelimo de lidar com o sentimento de perda no contexto do Acordo Geral de Paz (AGP) e de recuperar o controlo total das instituições do Estado contribuíram para manter um clima político de transição inacabada. O artigo sustenta que, durante duas décadas, a Frelimo e a Renamo não conseguiram pôr de lado os rancores da primeira guerra civil, tendo durante este período se acusado mutuamente dos diferentes crimes ocorridos nesta guerra.

O terceiro artigo discute a participação da sociedade civil moçambicana nos processos eleitorais. Tomando como base as eleições gerais de 15 de Outubro de 2014, o artigo argumenta que a crise no Observatório Eleitoral (OE), levou a que muitas organizações da Sociedade Civil Moçambicana (SCM), sob forte impulso dos doadores, participassem no processo de observação eleitoral, sem contudo trazerem mais qualidade ou credibilidade ao processo. Os autores argumentam que isto se deveu não só à sua fragmentação mas também à interferência de alguns partidos políticos e doadores no trabalho da SCM, bem como à redução da observação eleitoral apenas ao processo de votação e contagem dos votos.

O quarto artigo analisa os efeitos das reformas de descentralização no sector agrário, procurando investigar os factores que explicam a persistência dos desafios. O artigo conclui que, apesar de o sector agrário em Moçambique estar a conhecer uma série de reformas com enfoque na descentralização, o efeito destas na provisão de serviços públicos agrários é fragilizado por dois tipos de factores: a) fraca institucionalização do Estado, cristalizada na ausência de clareza na actuação sectorial e contradição na lógica de alocação de recursos; b) incoerência institucional, que consiste na ausência de uma abordagem holística dos desafios do sector que permita mobilizar acções complementares às de outros sectores.

O último artigo da secção «Política» analisa a problemática da gestão e do fornecimento da água em Nacala Porto, um município que tem sofrido bastante com a carência crónica deste bem precioso. O artigo mostra que a escassez estrutural deste recurso tem sido objecto de disputas entre a Frelimo e a Renamo, com vista a conquistar o eleitorado de Nacala Porto, como também a sua gestão reconfigura as lógicas de construção do Estado, não só na óptica das elites políticas locais mas também das respectivas populações e organizações da sociedade civil. A secção «Economia» é composta por seis artigos. O primeiro discute a porosidade da economia moçambicana olhando para o que considera ser o seu traço principal: a formação de oligarquias financeiras nacionais, num clássico processo de acumulação primitiva de capital, com base, fundamentalmente, no controlo do Estado. O artigo sustenta que, dadas as condições históricas específicas do País, o processo de acumulação primitiva do capital assenta em aspectos fundamentais e inter-relacionados, nomeadamente: a maximização de influxos de capital externo, em forma de investimento directo estrangeiro ou empréstimos comerciais sem condicionamentos políticos; o desenvolvimento de ligações entre estes influxos e o processo doméstico de acumulação primitiva de capital; e a reprodução de um sistema de relações de trabalho em que a força de trabalho é remunerada abaixo do seu custo social de subsistência, e as famílias são responsabilizadas por alimentarem os trabalhadores assalariados e manterem as reservas de força de trabalho barata através da produção para autoconsumo.

Focado na «bolha económica», ou seja, no carácter especulativo do sistema social de acumulação em Moçambique, o segundo artigo discute o desempenho e as dinâmicas da economia moçambicana e os seus aparentes paradoxos, caracterizados por uma aceleração do crescimento

económico, um aumento da ineficácia na redução da pobreza e um crescimento excepcional da dívida pública. O artigo sustenta que a «bolha económica» é resultado do actual padrão de acumulação de carácter extractivo e tem como impacto o aceleramento da expansão do Produto Interno Bruto (PIB) sem contudo reduzir a pobreza ou ser sustentável como modelo de desenvolvimento.

O terceiro artigo da secção «Economia» analisa as actuais dinâmicas e tendências da aquisição de terra em larga escala em Moçambique, numa altura em que o País é um dos grandes destinos de investimentos agrícolas e minerais, que requerem grandes extensões de terra e que provocam deslocamento das populações. Para além de sugerir que é preciso ler os dados sobre a actual dinâmica da aquisição de terra em Moçambique com precaução, pois estes têm sérias limitações, o artigo olha para a escala, os factores, os actores e as implicações socioeconómicas do processo.

O quarto artigo discute as naturezas das ligações existentes entre empresas nacionais e duas multinacionais do sector do carvão mineral, nomeadamente a Vale e a Rio Tinto, ambas estabelecidas na província de Tete. A principal questão aqui é saber se as empresas nacionais têm conseguido estabelecer ligações com os megaprojectos ou se se limitam apenas a actuar em áreas menos complexas e não nucleares, e qual o papel do Estado na promoção destas ligações, que tem sido bastante fraco e fragmentado.

Analisando empresas nacionais ligadas a megaprojectos e diversas iniciativas e arranjos institucionais, o quinto artigo desta secção explora os factores que configuram a capacitação das empresas nacionais e as características do conteúdo local em Moçambique. O artigo argumenta que questões de economia política são determinantes para entender tanto a evolução do conteúdo local no País, como as capacidades das empresas nacionais.

O último artigo da «Economia» discute os efeitos das tendências migratórias para as zonas de implementação de grandes projectos ao nível da economia camponesa. O artigo concentra-se em dois aspectos, nomeadamente 1) os impactos sobre as relações de trabalho e sobre as relações de poder no seio do grupo doméstico e 2) os efeitos dos grandes projectos sobre o processo de integração dos camponeses nos mercados, quer ao nível de contratação de mão-de-obra assalariada, quer de acesso a crédito bancário, quer aos mercados de escoamento dos produtos.

A secção «Sociedade» contém quatro artigos. O primeiro discute o papel da poupança externa em Moçambique, num contexto de crescimento económico sem poupança interna, característica talvez mais importante e marcante na economia moçambicana no período 1960-2010. Basicamente, procura-se responder a duas questões, tais como qual o papel da poupança externa em Moçambique e qual o seu impacto no crescimento económico do País.

O segundo artigo questiona a razão de Moçambique ainda não ter uma pensão universal para idosos. A resposta a esta questão, segundo o artigo, é que em Moçambique não existem incentivos suficientes que levem à substituição do actual sistema, que para além de ser selectivo e

fragmentado é também discriminatório e caritativo, por um sistema universal, muito mais progressivo, inclusivo e potencialmente estruturante de relações intergeracionais geradoras de uma efectiva coesão social.

Olhando para o nível de educação da mulher e para o nível de riqueza do agregado familiar da mulher, o terceiro artigo discute os efeitos da desigualdade socioeconómica entre as mulheres em Moçambique sobre o processo de transição demográfica. Para tal, o artigo explora os mecanismos através dos quais a desigualdade socioeconómica entre as mulheres pode influenciar a fecundidade e a mortalidade na infância.

O último artigo da secção «Sociedade» discute as oportunidades e os desafios relacionados com as mudanças que poderão acontecer na estrutura populacional moçambicana com impacto na configuração do dividendo demográfico, num momento em que o País começa o seu processo de transição demográfica.

A última secção do livro, «Moçambique no Mundo», comporta dois artigos. O primeiro, com base na controvérsia entre o Malawi e Moçambique em torno da navegação no rio Zambeze, discute os perigos e os desafios que esta questão coloca à Comunidade dos Países da África Austral (SADC).

Através do projecto da cooperação brasileira para o desenvolvimento do sector rural, do Programa de Aquisição de Alimentos África (PAA África), em implementação em alguns países africanos (Etiópia, Malawi, Moçambique, Níger e Senegal), e do projecto de desenvolvimento de infra-estruturas da companhia mineira brasileira Vale S.A., em implementação no Malawi e em Moçambique, o segundo artigo discute como as estruturas domésticas podem interagir com as dinâmicas de ajuda externa e investimentos estrangeiros e alterar os seus efeitos.

Como se pode depreender da breve descrição dos diferentes artigos do presente volume do *Desafios para Moçambique*, o País está neste momento numa encruzilhada e numa incerteza política, económica e social. A resolução, quer do impasse político quer do económico, depende muito mais da vontade política e da imaginação da elite política moçambicana.

## REFERÊNCIAS

Brito, Luís de (2014) “Uma Reflexão sobre o Desafio da Paz em Moçambique”, in Luís de Brito *et al.* (orgs) *Desafios Para Moçambique 2014*, Maputo: IESE, pp. 23-39.